

Consulta de Atos

Disponível em <https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos>

Utilizando uma linguagem de programação de sua preferência invoque a url abaixo:

["https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/pesquisar?ano={ANO}?2024&assunto=&pageNumber=1&pageSize=100"](https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/pesquisar?ano={ANO}?2024&assunto=&pageNumber=1&pageSize=100)

No qual {ANO} deve ser substituído pelo ano desejado com 4 dígitos, exemplo:

https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/pesquisar?ano=2023&assunto=&pageNumber=1&pageSize=100

O Resultado é um arquivo JSON que retornará uma lista de atos daquele ano, como este exemplo na próxima página:

```
{
  "total": 11241,
  "registros": [
    {
      "id": 4689235,
      "orgao": 25419,
      "numeroDocumento": "202300000115",
      "ementa": null,
      "dataUltimaEdicao": 1708454791743,
      "dataPublicacao": 1738724400000,
      "tipoDocumento": 51749,
      "tipoAto": "Administrativo",
      "assunto": "PORTARIA DE DELEGAÇÃO DE ATOS DA 2ª VARA DE FAMILIA DE MARINGÁ",
      "situacao": "ALTERADO",
      "numeroDiario": null,
      "descricao": "PORTARIA DE DELEGAÇÃO DE ATOS DA 2ª VARA DE FAMILIA DE MARINGÁ"
    },
    ...
  ]
}
```

Escolha um ato específico e de posse do "id" do ato deve-se invoque a url

["https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/obterMateria/{id-do-documento}"](https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/obterMateria/{id-do-documento})

No qual o {id-do-documento} deve ser substituído pelo "id" selecionado no item anterior. Exemplo:

["https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/obterMateria/4689235"](https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/rest/pesquisa_athos/obterMateria/4689235), que retornará um JSON com os dados que representam o ato:

```
{
  "texto": "\u003Ctable
width=\u0027100%\u0027\u003Ctr\u003E\u003Ctd\u003E\u003Cimg
src=\u0027../img/ceifador.jpg\u0027 style=\u0027\u0027 alt=\u0027ceifador\u0027 width=\u002787\u0027 height=\u0027108\u0027
align=\u0027left\u0027\u003Ctd\u003E\u003Ctd style=\u0027width:350px\u0027\u003E\u003Cp
style=\u0027text-align:center;font-weight:bold\u0027\u003E \u003Cb\u003EPORTARIA DE
DELEGAÇÃO DE ATOS ORDINATÓRIOS\u003C/b\u003E\u003Cbr\u003E
\u003C/p\u003E\u003Cp\u003E&nbsp;\u003C/p\u003E\u003Ctd\u003E\u003Ctr\u003E
\u003C/table\u003E\u003Cp style=\u0027margin-left:2cm;margin-right:2cm;text-
align:center;\u003E \u003Cb\u003EPORTARIA Nº 115/2023\u003C/b\u003E
\u003Cbr\u003E \u003C/p\u003E\u003Cbr \u003Cp style=\u0027margin-
left:2cm;margin-right:2cm;text-align:justify;\u003E A \u003Cb\u003EDoutora CARMEN
LÚCIA RODRIGUES RAMAJO\u003C/b\u003E, Juíza de Direito da 2ª Secretaria de Família,
Sucessões e Acidentes de Trabalho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana
de Maringá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais
e,\u003Cbr\u003E\u003Cbr\u003E\u003Cb\u003EECONSIDERANDO \u003C/b\u003Eo art.
93, inciso XIV, da Constituição Federal, introduzido pela EmendaNº 45/04, que permite a
delegação para a prática de atos de administração e de meroexpediente, sem caráter
decisório, à Serventia;\u003Cbr\u003E\u003Cb\u003E\u003Cbr\u003EECONSIDERANDO
\u003C/b\u003Eo contido no art. 203, § 4º, do Código de Processo
Civil;\u003Cbr\u003E\u003Cb\u003E\u003Cbr\u003EECONSIDERANDO \u003C/b\u003Ea
necessidade de se imprimir ma

...

```